

MOVIMENTOS POPULARES E A EDUCAÇÃO POPULAR

Algumas lembranças de cinquenta anos atrás e algumas perguntas para os dias de agora

Carlos Rodrigues Brandão

*Estrelas iguais àquelas
Que o povo na praça faz.*

João Cabral de Mello Netto

Dizer a palavra verdadeira é transformar o mundo. A Pedagogia do Oprimido deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação

Paulo Freire

1. Lembretes a quem leia isto

Estamos em 2013. Imagino que boa parte das pessoas que estarão me ouvindo agora, ou lendo isto depois, não serão, como eu, testemunha oculares e vivenciais do que trago aqui como algumas lembranças que não merecem serem esquecidas. Se alguém de vocês tem agora cinquenta anos, terá nascido em 1963. Terá nascido em um ano em que muitas e muitos de nós, quase todos entre os setenta e os oitenta anos agora, vivíamos, entre o desejo do sonho esperançoso e o que imaginávamos naquele então serem críticas e assertivas “análises políticas da realidade social”, projetos de ação militante em nome de boa parte do que venho rememorar aqui e agora. Teria um ano de idade, ou um pouco menos, quando os militares deste País se anteciparam a nós e transformaram o que pretendíamos realizar como uma “revolução popular e socialista”, em um “golpe de estado” que implantou uma ditadura que nos acompanhou por boa parte da juventude (abortada, nos muitos que foram então mortos) e da maturidade, assim como toda a sua infância, a adolescência e uma fração da juventude.

Digo isto para antecipar o teor desta fala e deste escrito que, espero, não contenham apenas algumas memórias de um homem que nas portas da velhice insiste em continuar vivendo e sonhando o que aprendeu a sonhar e a viver a partir de um hoje distante 1961.

E é justo de 1961 que quero começar a falar aqui. Pois nós pensamos que em 2011 deveríamos festejar o cinquentenário da instauração entre nós do que chamamos antes de *Cultura Popular* (com iniciais maiúsculas) e, anos mais tarde, de *Educação Popular*. E já no ano seguinte, em 2012 lembramos (e foram poucas pessoas a lembrar) o

cinquentenário do *1º Encontro Nacional dos Movimentos de Cultura Popular*, celebrado no Recife e promovido pela equipe coordenada pelo então pouco conhecido professor Paulo Freire.

E neste ano de 2013 devemos lembrar os “cinquenta anos das 40 horas de Angicos”. Pois foi lá no sertão do Rio Grande do Norte que a mesma equipe de Paulo Freire, a que somaram alguns estudantes universitários de então, formou uma primeira “turma de camponeses alfabetizando” e com eles, ao redor de “círculos de cultura” deu início a um trabalho que mais tarde o mundo inteiro viria a conhecer. E que a Paulo e alguns de seus companheiros custou mais de uma dezena de anos de exílio.

Creio que mais adiante vocês estarão dialogando aqui ao redor de questão absolutamente atuais. Afinal, trata-se de pensar “2013 em diante”, sobretudo entre meses em que uma vez mais o povo sai às ruas, enfrenta as forças policiais, assusta os políticos, e grita a muitas vozes pelas ruas o que estamos gritando há tantos e tantos anos, desde um cinquentenário Recife até as ruas de Porto Alegre e outras cidades do Brasil e do Mundo que acolheram Fóruns Sociais Mundiais. Palavras que, espero, vocês ainda saibam dizer e gritar, aqui neste encontro e depois dele: “um outro mundo é possível!”

Reuni neste escrito algumas lembranças de ontem seguidas de algumas perguntas para agora. Creio que as minhas memórias escritas aqui como lembranças da *Educação Popular* dos anos sessenta, talvez tenham recebido uma conotação um tanto mais radical do que na verdade nós as pensamos e vivemos “naqueles tempos”. Mas ao recordá-las, imaginei os imaginários e as posições de fato radicais em quem acreditávamos então. Em nome delas e de seus horizontes Paulo Freire juntou duas palavras proféticas que nos acompanham até hoje: *inédito viável*. Que elas valham ao menos como um esforço de dizer e escrever algo que quem segue agora entre as mesmas causas e lutas que nos animaram há mais de cinquenta anos atrás, não deveria esquecer.

Depois das perguntas encadeadas em cada momento de minha fala e deste escrito, as *perguntas* que as seguem valem apenas como algo para inquietar e pensar. Antes de agir. E durante qualquer ação emancipatória. Elas sugerem alternativas e variantes para a continuidade e a renovação de práticas de ações sociais dos, entre, através e em nome dos movimentos sociais de vocação popular. Entre todas as pessoas que me escutam ou leem, não será difícil reconhecer que elas se dirigem mais diretamente àquelas que, qualquer que seja o seu campo de pensamento e ação, ainda se reconhecem de algum modo como uma experiência viva do que até hoje chamamos de *educador popular*.

Entre lembranças-e-perguntas, algumas palavras escritas aqui aparecem com iniciais em maiúsculas e em itálico. Um pouco em memória de como não raro as escrevíamos antigamente. Um pouco para que apenas sejam destacadas.

Sigamos juntos, então, entre lembranças difíceis de se esquecer, perguntas talvez difíceis de responder e, quem sabe? Respostas difíceis de se perguntar.

As primeiras lembranças

A *Educação Popular*, originalmente chamada aqui no Brasil e na América Latina de *Educação Libertadora*, *Educação Liberadora*, opunha-se ao que Paulo Freire qualificava como *Educação Bancária*. Desde um primeiro momento, ela surge como uma proposta situada dentro de todo um processo e um movimento bastante mais amplo, que tomou o nome de *Cultura Popular*. Estamos entre os anos de 2011 e 2013 celebrando justamente os cinquenta anos do *Primeiro Encontro Nacional de Movimentos de Cultura Popular*, celebrado no Recife. Estamos lembrando também os mesmos cinquenta anos da experiência pioneira das “Quarenta Horas de Angicos”, quando Paulo Freire e uma equipe de professores e estudantes alfabetizadores voluntários foram a Angicos e, junto a homens e mulheres analfabetos, utilizou pela primeira vez o *Método Paulo Freire de Alfabetização*.

O *Movimento de Cultura Popular* e os vários *Centros de Cultura Popular* procuravam realizar experiências interativas de *Cultura Popular*, buscando articular arte e ciência, e pedagogia e política. Lembremos o *Teatro do Oprimido* de Augusto Boal, as iniciativas de busca de saberes e criações populares “vindas do povo”, não mais como pitorescas curiosidade “de nossas “tradições populares”, mas como expressões sistêmicas e peculiares de formas de viver, conviver, trabalhar e pensar. Lembremos as músicas de protesto (origem de boa parte da nova MPB). Lembremos as diversas inovações na área do cinema e da literatura. Lembremos as ações propriamente pedagógicas dos trabalhos de *Cultura Popular* dos anos sessenta, cujo foco centrou-se então na *Alfabetização de Adultos*.

Assim nós – então “militantes da *Cultura Popular*” – nos sentíamos tornando política uma cultura antes vista como folclórica, e tornando histórica uma cultura antes vista como situada fora dela, ou à sua margem. Já que até então as únicas culturas que de fato contavam como construtoras de uma história humana eram as “Civilizadas”, “eruditas”, “científicas”, “acadêmicas”. As que recebem até hoje o seu Prêmio Nobel de cada ano (com muito raras exceções)

Portanto, nós, educadores, alfabetizadores populares, nos reconhecíamos realizando uma ação de *Cultura Popular* através de alguma modalidade de *Educação Popular*.

Perguntas: Em tempos atuais, quando dentro e fora da escola e da educação levantamos questões e propostas abertas a novas integrações, novas interações, novas presenças e participações, novas transdisciplinaridades, novas transculturalidades... e assim por diante, podemos pensar para os tempos de agora uma *Educação Popular* desvinculada de todo um sistema de ação cultural através da educação, e uma ação política através da cultura? Mas de uma ação política e cultural cujas raízes devem ser ainda as do povo. Podemos conceber a *Educação Popular* à margem ações e projetos dos movimentos populares? Não estaríamos correndo (como de resto, toda a educação) o perigo de dissolvermos uma proposta cujas raízes foram, e seguem sendo - imagino - *populares*, ao associarmos a essência e a existência da *Educação Popular* a toda uma trans-modernidade do saber e, por extensão, da educação? Uma associação da tradição e da atualidade da *Educação Popular*

como todo o aporte dos “novos paradigmas”, representaria:

a) um avanço, uma atualização e uma abertura a um diálogo mais amplo da *Educação Popular* com outras práticas ao redor da criação culturas e das reciprocidades sociais do saber;

b) ao contrário, representaria uma tentadora dissolução da força original da *Educação Popular* e de sua vocação de ação libertadora a partir do povo, em nome de projetos que justamente ao abrirem em todas as direções os seus horizontes, perdem o rumo do eu caminho?

Em síntese, como fazerem sentar ao redor da mesma mesa Edgar Morin, Fritoj Capra, Boaventura de Souza Santos, Miguel Arroyo e... Paulo Freire?

As segundas

Lembranças: Sem perder nos anos sessenta sua original vocação “libertadora”, a *Educação Popular* toma este “novo nome” (que não existe ainda em *Pedagogia do Oprimido*) ao assumir como seus co-autores e destinatários os sujeitos singulares, coletivos e comunitários as diferentes “gentes do povo” e, de maneira mais concreta, a esta gentes como “classes”, ou como uma “classe social”.

Ao pensá-las e buscar dialogar com elas como criadores, autores e atores de formas e sistemas de práticas, saberes, sentidos, significados, sensibilidades e sociabilidades diversos e culturalmente diferentes daqueles até então considerados como: “civilizados”, “acadêmicos”, “eruditos” “legítimos”, e assim por diante. Diferentes sim. Mas em nada desiguais.

Ora, uma persistente e quase consagrada hierarquia de valores-do-saber, de que a Universidade segue sendo a principal guardiã, passa a ser então colocada em questão. Isto a tal ponto que entre educadores populares tende a ser também a partir dos saberes e das vivências cotidianas e históricas do povo – das “classes populares” - que todo um trabalho de *Educação Popular* deveria encontrar o seu início, o seu meio e o seu fim. “Fim” tomado aqui como horizonte cultural e como finalidade social e política.

Partíamos então do suposto diferenciadamente compreendido e aceito de que:

a) Qualquer pessoa, quem quer que seja, é uma fonte original e insubstituível de seu próprio saber;

b) Assim sendo, qualquer analfabeto-alfabetizando é um sujeito de seu próprio saber, um saber diverso, mas não inferior ao de seu alfabetizador;

c) Portanto o diálogo torna-se não um método didático de trabalho pedagógico, mas a própria substância interativa de todos os momentos do acontecer da educação; e ele é, também, a sua principal finalidade: dialogamos apara aprender a alargar, com o outro, os horizontes de nossa capacidade de sermos seres-de-diálogos;

d) de igual maneira, qualquer cultura criada e vivida por todo e qualquer grupo humano entre indígenas e acadêmicos, é também uma experiência única, inquestionavelmente válida

e de um valor cognitivo não hierarquicamente comparável com outros sistemas de saber e de ordenação de saberes como uma modalidade de cultura.

e) Educar, ensinar, é partilhar situações de reciprocidades e inter-trocas de saberes. É partilhar de momentos e contextos culturais motivadas à criação solidária de saberes, sentidos, significados, sensibilidades e socialidades. Um processo de ações recíprocas “onde ninguém educa ninguém, mas também ninguém se educa sozinho”...

Perguntas: Em tempos que nos vemos partilhando teorias e propostas ora moderadas, ora radicais de inclusões culturais, de multiculturalismo, de intertransculturalidades, ao mesmo tempo em que, em direção oposta, nós nos encontramos envolvidos e progressivamente colonizados por e entre os poderes sociais e simbólicos devotados a uma crescente uniformização utilitária e uni-dirigida de saberes, ciências e educações, como seria viável a uma *Educação Popular*, o preservar ainda a essência de sua proposta original, nas diferentes situações em que ela se realiza entre as suas diferentes modalidades e vocações hoje em dia?

Assim, como lidar hoje com compreensões de pessoa humana, de comunidade, de sociedade e de nação, a partir de visões de mundo, de projetos ideológicos de crítica do presente e de construção social do futuro, de propostas políticas concretas de partidos de esquerda, de diferentes programas criados por tantos diversos movimentos sócio-culturais dirigidos ao povo, de ONGs a serviço dos movimentos populares?

Como praticar a *Educação Popular* entre e a serviços das diferentes construções populares de suas próprias equivalentes visões de mundo, sentidos de vida, crenças religiosas, espirituais ou profanas, ideologias tão variadas e ativas entre os próprios movimentos populares?

Como “levar a eles” alguma modalidade “nossa” de *Educação Popular*, se os movimentos populares reconhecem que realizam, eles próprios, as suas diversas experiências culturais-pedagógicas próprias, não raro denominadas de *Educação Popular*?

Assim, o MST reconhece que uma coisa é a educação *do* campo (a que camponeses compartilham endo-culturalmente entre eles) e, outra coisa é a educação *no* campo, a que projetos de *Educação Popular no Campo*, as políticas públicas, ou a Monsanto, levam até eles.

As terceiras

Lembranças: entre os anos sessenta e oitenta, passamos na *Educação Popular* com um ainda resquício de “vanguardismo” em nossas relações como pessoas, comunidades e classes populares, para uma compreensão cada vez mais difundida, de que a *Educação Popular* é uma modalidade de ação cultural através da educação, colocada não a serviço efêmero e colonizador das classes e dos movimentos populares, mas para servi-las, e aos seus avanços, seus projetos, suas lutas.

Muitos de nós chegamos a uma idéia norteadora de práticas, segundo a qual a *Educação*

Popular deveria situar-se como algo que parte do povo. Que acompanha a sua vida, que faz seus os seus valores, os seus saberes, as suas tradições e o seu horizonte. E que a partir deste ponto de partida, serve a ele, tornando seu (da *Educação Popular*) todo um amplo, diferenciado (e por isto muito difícil) projeto cultural de teor político devotada à sua própria emancipação e, por meio dela, a de toda uma sociedade.

Assim, para muito de nós a *Educação Popular* deveria “colocar-se a serviço” dos movimentos populares organizados ou em organização. Ela seria, portanto, um trabalho sistemático e complementar de formação de quadros populares, de sistematização de experiências do próprio povo e junto ao povo, um trabalho sistemático de co-participação na construção de novos conhecimentos a serviço da “causa popular”. Eis quando surge entre nós a pesquisa participante.

Nesta direção, passamos a entender que um projeto pedagógico essencial deveria ser realizado pelo próprio povo em/entre e através de suas ações emancipatórias. O povo cria o seu saber ao longo de suas ações culturais de dimensão política, ou suas ações políticas de dimensão cultural. Esta seria a essencial *Educação Popular*. Aquilo que alguns e algumas dentre nós costumávamos chamar: “a educação que o povo cria”. E o trabalho que nós, educadores populares, faríamos “aí”, seria o de fortalecer, esclarecer, aprimorar esta “educação que o povo cria”.

Perguntas: A gora, quando também a *Educação Popular* sobrevive dos mais de vinte anos de governos militares aproximou-se de novas teorias, novas ideologias, novas propostas de “ação cultural para a liberdade”, deve prevalecer ainda permanecer uma compreensão mais uniforme e radical do que ela seja e de como deve realizar-se?

Permanecem valores, saberes, práticas pedagógicas cujo fundamento está no reconhecimento de que unidades populares tradicionais ou já mobilizadas como movimentos populares são a substância e o horizonte da *Educação Popular*?

Lembrar, por exemplo, o livro recente de Miguel Arroyo, lançado nesta mesma edição de ANPED-2012: *Novos movimentos, novas pedagogias*, creio que já mencionado aqui.

Ou será que em um mundo e em um momento tão plural e tão multiforme, podemos imaginar que também a *Educação Popular* desbravou e deve seguir desbravando novos e diferentes caminhos. Deve fazer-se interagir com outras vocações da educação surgidas entre os anos setenta e noventa, como a *Educação para a Paz*, a *Educação Ambiental*, a *Educação e Valores Humanos*, e assim por diante?

Em nome de sua vocação popular original, a *Educação Popular* deveria opor-se a outras vocações sociais da educação, consideradas por ela, como formas alternativas e “burguesas” de ação cultural através da educação. Ou, em outra direção, deve dialogar com todas elas. Deve com elas aprender a “situar-se em tempos novos”. E deve, por outro lado, fomentar entre elas uma também verdadeira “vocação popular?” Este é, por exemplo, o sentido em que muito de nós falamos hoje em dia de uma *Educação Ambiental Popular*.

Assim, devemos agora concordar em existe mais – se é que existiu um dia – uma única expressão e uma única vocação da *Educação Popular* ?

Devemos aceitar que no interior de um mesmo ponto de partida, e diante de um mesmo horizonte cotidiano e histórico de trabalho pedagógico em nome da multi-participação de diferentes atores sociais devotados à construção coletiva e solidária de "outro mundo possível", a *Educação Popular* dialoga com outras vocações de ação social humanizadora? A partir daí ela deve estabelecer novas alianças e abrir-se a diversas modalidades pedagógicas, culturais e até mesmo políticas de sua realização?

As quartas

Lembranças: Em seus tempos pioneiros a *Educação Popular* pretendia ser um instrumento que, agindo transformadoramente sobre pessoas e suas consciências (conscientização) e, através delas, sobre as culturas de seus sujeitos, (politização) e, ainda, através delas, sobre as suas sociedades, participasse de todo um complexo processo de transformação radical das estruturas econômicas, políticas e, em plano mais abrangente, sociais.

A *Educação Popular* surgiu como uma proposta de uma modalidade de ação transformadora em seu campo, ao agir sobre saberes e valores de pessoas e de suas consciências. Lembremos, por exemplo, toda a escala de passagens da “consciência intransitiva” à “consciência transitivo-crítica” que Paulo Freire ele mesmo relativizou bastante em seus escritos posteriores. Atuando como um instrumento de mudança qualitativa de consciências, a *Educação Popular* realizava-se participante de um trabalho social de teor político mais amplo, cujo horizonte era, repito, uma transformação radical do cotidiano, da sociedade e da história.

Neste sentido, atribuindo então à *Cultura Popular* e, no seu interior, à *Educação Popular* conotações ideologicamente diversas, mas em seu conjunto convergentes, aspirávamos criar, viver e difundir uma experiência pedagógica revolucionária a serviço de um processo de revolução social transformadora e libertadora. Cuba e, depois, a Nicarágua (onde estive com Paulo Freire em 1981) eram para nós, educadores populares entre os sessenta e os oitenta, exemplos próximos e bastante concretos.

Pensemos esta questão de outra maneira. Alguns estudiosos da pós-modernidade acentuam que uma das diferenças entre ela o que houve antes dela, é que as religiões não desapareceram, como tantos previram, mas se multiplicaram; as ideologias de meta-história desapareceram, enfraqueceram-se bastante ou deram o seu lugar à própria ciência (Habermas, por exemplo).

Ser um “comunista declarado” nos anos sessenta era um qualificador invejável... e definitivamente perigoso após abril de 1964. Hoje, quem ainda o é e se declara de público, fora alguns jovens que ainda agitam bandeiras mais vermelhas do que as do PT em alguns momentos de concentração pública?

Vivíamos então ações em que, qualquer que fosse o seu campo de aplicação e a sua escala (“linha de frente”, “meio de campo” ou “retaguarda”), o horizonte do trabalho pedagógico desenhava cenários que na esfera mínima previam a “transformação da sociedade

capitalista e a construção de uma sociedade socialista” (que nos espera linhas abaixo). E na esfera máxima estendiam esta “sociedade socialista” aos limites de toda uma “humanidade libertada”. Algo que em termos de minhas comunidades cristãs representava uma corajosa (e sonhadora) extensão mais ampla ainda. Pois o seu limite não era menor do que “a construção do Reino de Deus aqui na Terra”.

Claro, metas-médias e mesmo as de menor alcance eram na verdade o motivo mais imediato e prático de nossas ações, tanto individuais quanto coletivas. Alfabetizar pessoas e tornar país “livre do analfabetismo” motivou a primeira equipe de Paulo Freire e motiva até hoje inúmeras educadoras-alfabetizadoras.

No entanto, nos anos sessenta todas as ações diretas através de práticas de *Cultura Popular* através de uma ação pedagógica, em princípio deveriam servir a horizontes sociais bastante mais amplos. Uma vez mais, desde os nossos manifestos de então a todas as páginas de *Pedagogia do oprimido*, tais amplas metas históricas estavam sempre presente e guiavam todas as outras.

Perguntas: Ao contrário do que fiz com as lembranças e perguntas antecedentes, deixo aqui as *perguntas* destas *quartas lembranças* para um momento seguinte, e inicio por uma transcrição vinda de Zigmunt Bauman e alguns comentários meus a respeito.

No dia (pois o livro é dividido em dias-temas e, não, em capítulos) *6 de janeiro de 2011*, e sob o título, *Sobre a justiça e como saber se ela funciona*,

Bauman recorre a Richard Rorthy para lembrar com ele uma oposição convergente que poderia trazer novos nomes para o que estou desejando chamar aqui de: “metas-amplas” (a transformação radical de uma sociedade), “metas-médias (a construção de um sistema de educação pública inclusivo, crítico e de qualidade), e metas-mínimas (a alfabetização de uma turma de alfabetizados).

Ora, em nome da efetiva e realista construção de alternativas de fato democráticas de justiça social, Bauman entende que esta “sociedade justa”, “*é uma sociedade em permanente vigilância e sensível a todos os casos de injustiça, pronta para corrigi-los sem esperar o término da busca de um termo universal de justiça*” (Bauman:2012: 149).

No parágrafo seguinte, através de Rorthy, Bauman coloca de um lado o que seria uma “política de campanha” e, do outro, uma “política de movimento”. E tanto Rorthy quanto Bauman parecem optar pela primeira, diante da ineficácia comprovada de esperar algo efetivo “para agora e de modo duradouro” (a expressão entre aspas é minha), a partir de uma política subjacente e posta à espera da construção de uma sociedade futura em que enfim ela possa se realizar em plenitude.

Vejamos:

Implícita nesta escolha de uma fórmula de arranjo está a preferência pela “política de campanha” de Richard Rorthy, em detrimento de uma “política de movimento”. Uma “política de movimento” começa assumindo um modelo ideal de sociedade, se não “perfeitamente”

(“perfeitamente = impossibilidade e indesejabilidade a priori de qualquer aperfeiçoamento adicional), pelo menos “amplamente” ou “plenamente” justo; em consequência, que mede e avalia qualquer movimento proposto em função de seu impacto em termos de abreviar a distância entre a realidade e o ideal, e não pelo grau em que reduz ou amplia a soma total do sofrimento humano causado pelas injustiças atuais. (Bauman: 2012: 149)

Sua dimensão oposta (não necessariamente antagônica, imagino) é a “política de campanha”, que:

começa localizando um caso inegável de sofrimento, prossegue com o diagnóstico da injustiça que o causou, e atua para corrigi-lo, sem perder tempo com uma tentativa (claramente desesperada) de resolver a questão (claramente insolúvel) do possível impacto dessa ação em tornar mais próxima a “justiça perfeita”, ou atrasar sua chegada (149).

Ora, arrisquei-me a esta demorada abertura às nossas perguntas porque quis tornar mais transitável o seu terreno. De fato vivemos cinquenta anos antes, experiências de *ação popular* (termo eu veio a dar no movimento revolucionário originado na *Ação Católica*, não esquecer), em que toda a mínima-meta deveria servir a uma média-meta e, esta, a uma ampla-meta (os termos aqui não são “daqueles tempos”, mas servem). Estávamos então – e vários dos nossos estão ainda – mais a serviço de uma “política de movimento” do tipo: “um outro mundo é possível”; do que de uma “política de campanha”, do tipo: “lutemos por uma educação pública melhor em todos os sentidos possíveis”. E se agíamos em favor da segunda meta, era como um caminho para atingir, em uma “frente ampla” de ações e resultados a partir de mobilizações, metas políticas bastante mais amplas, radicais e utópicas.

Claro, não esqueçamos que antes como agora toda a questão do “afinal, em nome do que estou fazendo o que faço?” (lutando, participando, militando, etc.) envolvia e - em um outro momento da história de “tudo isto”- segue envolvendo respostas que atravessavam e buscavam fazer interagir diferentes dimensões de: “sonhos”, “utopias”, “ideologias” (no sentido de crítica do presente e projeto de futuro), “ideais”, “projetos políticos”, práticas de ação cultural”, “trabalho pedagógico”, e assim por diante. Destarte, agir em uma dimensão com os olhos postos nas outras é o que estabeleceria a linha de fronteira entre o professor-de-rotina e o professor-educador, entre Paulo Freire e todos nós.

No entanto, na esteira de Bauman-Rorty, parece estarmos vivendo agora um tempo outro. Um tempo em que importam mais os resultados concretos e “dentro de meu campo possível de ação” do que a realização de mega-metas. Um dos sinais mais evidentes e curiosos de tudo isto é o observar como a palavra “história”, tão rotineira entre nós e tão essencialmente costumeira em Paulo Freire, está hoje quase esquecida ou secundarizada. Uma categoria

social e sociológica que vivíamos no dia-a-dia sem escrevê-la, hoje parece substituí-la: “cotidiano”.

Ora, assim sendo...

A vocação transformadora e, no limite, revolucionária, é ainda o “sinal de nascença” e a vocação política essencial da *Educação Popular*? Através de seus serviços ao povo, ente comunidades tradicionais, associações e movimentos populares, ela deve servir também e de maneira correspondente, a um processo mais integrado, interativo e socialmente radical de transformação das estruturas de poder, de gestão da economia e de vida social de toda a sociedade brasileira?

Tudo o que se faz como educador popular serve à tornar viável (sendo “inédito” ou não) mega-metas típicas de uma “política de movimento”?

Ou será que em uma sociedade pluri-participante, pluri-vocacionada e multi-referencial, em nome de “um mundo mais justo, etc. a *Educação Popular* inevitavelmente pode e deve abrir-se diferentes vocações convergentes? Isto, a partir da evidência de que em suas diferentes alternativas e experiências ela atua junto a diversos atores e diferentes formas e vocações de lutas e ações emancipatórias: movimentos sociais populares de luta pela terra, movimentos de negros, de mulheres, de questões ambientais, de reforma agrária, de direitos de minorias, de luta pela paz, e assim por diante.

E, mais do que unificada em uma ampla e convergente “política de movimento”, ela se realiza através da interação de diferentes “políticas de campanha”. Projetos, propostas, ações e práticas que nem por serem mais setoriais e uni-dirigidas, perdem nos tempos de agora o essencial de uma vocação atualizada de uma *Educação Popular*.

Sendo assim, podemos falar com justeza em *Educação Popular Ambiental*, *Educação Popular Comunitária*, *Políticas Públicas de Educação Popular*, *Educação Popular na Escola*? Estendendo esta abertura atual a um limite maior, podemos associar a *Educação Popular* à *Pedagogia Social* que surge nos últimos anos e depressa se difunde bastante entre nós?

As quintas:

Lembranças: Entre os seus primeiros e segundos praticantes, com graus diferentes e dando ao termo que nos espera adiante, conotações também diversas, entendíamos que a *Educação Popular* servia transformadoramente à criação de uma *sociedade socialista*. Sem meias palavras – ou com algumas delas aqui e ali - o horizonte revolucionário de transformações desejadas projetava a passagem - radical ou gradativa - de uma sociedade colonizada pelo capitalismo, a uma sociedade libertada pelo socialismo. De um modo ou de outro alguma alternativa francamente socialista seria o ponto de chegada da vocação transformadora da *Educação Popular*.

Acreditávamos então que realizar “mudanças” ou “reformas de base” no interior de uma sociedade regida pela hegemonia do capital seria algo semelhante a hospitalizar e tratar um a um os doentes de uma enfermidade endêmica, sem procurar descobrir e erradicar o foco ambiental da epidemia. Representaria somente o produzir avanços que seriam de um modo

ou de outro, uma vez mais apropriados e colonizados por um sistema que nos parecia incompatível com um projeto de libertação popular e, através do povo, de toda uma nação.

Perguntas: A passagem do primado do capitalismo para alguma forma de sociedade socialista permanece sendo o propósito político e socialmente humanizador da *Educação Popular*?

Este projeto deve ser pensado como algo uni-centrado e uni-dirigido?

Cabe a nós, educadores, definir este horizonte? Ou deve caber a nós o nos inserirmos em movimentos sociais, e deixar que o acontecer progressivo de suas ações defina o perfil e o destino do tipo de sociedade que desejamos transformar e construir?

Somos ainda militantes socialistas, ou vários outros nomes recobrem agora os horizontes do que desejamos criar no mundo de nossas vidas e destinos, a partir de nossas ações como educadores populares?

Enfim, ainda agora, existe alguma forma de vida social alternativa ao capitalismo que não seja a via socialista?

As sextas

Lembranças: Não podemos esquecer que em seus momentos mais pioneiros, a *Educação Popular* nasceu no interior de instituições do poder público. Paulo Freire e sua equipe original trabalham em Angicos patrocinados por uma poder público municipal. A equipe pioneira criou o *Sistema Paulo Freire de Educação* como parte das propostas e ações do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife.

Paulo e sua equipe foram chamados pelo Ministério da Educação em Brasília para darem início à *Campanha Nacional de Alfabetização*. O *Movimento de Educação de Base*, em que eu mesmo trabalhei, foi o resultado de produto de um acordo entre o MEC e a hierarquia da Igreja Católica, representada pela *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*.

Como o passar do tempo e o surgimento de novas idéias e de nossos vínculos com pessoas, grupos, comunidades e movimentos sociais, sobretudo a partir do golpe militar e dos “anos de fogo” da ditadura instaurada, começamos a gerar a idéia de que eram eles os sujeitos centrais e os destinatários preferenciais de todo um trabalho de *Educação Popular*.

Assim, educadores e unidades sociais de ação política através da *Educação Popular*, começaram a opor uma *Educação Popular* às outras alternativas de educação que provinham de empresas ou do governo, mesmo quando dirigidas ao povo, como as campanhas governamentais de alfabetização.

Portanto, uma *Educação Popular em suas dimensões pedagógica, cultural e política*,

opunha-se a todas as modalidades outras de educação a que em alguns estudos meus dos “velhos tempos” chamei de *Educação do Sistema*. Elas eram antagônicas e eram raras, suspeitos e limitados os espaços de diálogo e interação ente elas.

Perguntas: Mesmo durante os “tempos da ditadura”, no início de seu p”processo de abertura política”, alguns municípios tomados por então “partidos de oposição” (MDB por oposição à ARENA), declaravam praticar, através de suas políticas e escolas publicas, uma modalidade de *Educação Popular*. Este processo generalizou-se bastante, e hoje governos estaduais e municipais definem suas políticas públicas em termos de *Educação Popular*. De outra parte, até mesmo instituições patronais realizam simpósios sobre este tema, e universidades particulares declaram-se praticando alguma modalidade de formação de pessoas inspiradas em Paulo Freire e na *Educação Popular*. Tudo isto é possível e válido? A *Educação Popular* segue sendo direta e restritamente um trabalho pedagógico complementar e a serviço de ações educativas que através de suas ações e projetos de formação de quadros os movimentos sociais geram e aperfeiçoam?

Ou a *Educação Popular* desdobra-se e se realiza também a partir e através de grupos e movimentos sociais cujo horizonte é uma vida solidária, uma sociedade livre, inclusiva igualitária e justa?

De acordo com a proposta politicamente coerente de uma gestão pública da educação, podemos estender também a políticas e iniciativas pedagógicas governamentais a vocação diferenciada de uma *Educação Popular*?

As sétimas

Lembranças: Como recordou José de Souza Martins na palestra de abertura desta ANPED, ao lembrar Henry Lefebvre, uma pessoa pode ser “marxiana” sem se ser “marxista”.

Sabemos que Paulo Freire nunca se declarou marxista, embora autores entre Marx a Lênin povoem sobretudo os seus primeiros livros. Também nós, “militantes cristãos de esquerda da Educação Popular, líamos Marx de manhã, Emmanuel Mounier (Personalismo cristão) à tarde e a Bíblia à noite.

Assim, sem se declarar essencialmente marxista, e sem estender as transformações sociais a um horizonte comunista - não ser entre praticantes assumidamente uma coisa e a outra - a *Educação Popular* partiu do reconhecimento do antagonismo estrutural e da luta de classes. E tomou de um modo ou de outro tal enfrentamento estrutural na sociedade capitalista como um ponto de partida de sua ação. Lembrar como em Pedagogia do Oprimido, a libertação política e social do “oprimido”, libertava da opressão também o “opressor”, no bojo de uma sociedade finalmente libertada e reconciliada.

Perguntas: A idéia de classe social e o suposto de uma luta de classes, de acordo com o modelo marxista ou suas derivações marxianas, fundamenta ainda o horizonte das variantes de uma *Educação Popular*?

Ou ela hoje se dirige a e dialoga com diferentes segmentos sociais, étnicos, culturais, em meio aos quais a classe social deixa de ser uma instância única ou determinante, embora permaneça ainda essencial?

Praticar a *Educação Popular* é servir pedagogicamente a alguma modalidade ou a um momento de um processo de luta de classes?

Ou o seu horizonte político tende a buscar também diferentes vertentes de empoderamento popular e transformação de pessoas, culturas e sociedade, ainda que convergentes em seu horizonte?

As oitavas

Lembranças: Originalmente a *Educação Popular*, a partir das idéias germinais de Paulo Freire, vinculava-se organicamente ao que de forma definida, mas aberta e ampla, chamamos ainda de uma *Educação Humanista*. Alguns estudiosos a situam como uma das vertentes da *Pedagogia Crítica*. Sem submeter-se propriamente a um carimbo que a restringisse, ela se afilia a uma vocação da educação em que o primado da pessoa – por oposição ao primado do mercado, de um lado, ou de um estado totalitário, de outro – seria o motivo de seu primeiro passo e também o do último.

Perguntas: Permanece sendo assim? Podemos situar a *Educação Popular* como uma ainda modalidade de vertente humanista, atribuindo a este qualificador - humanismo - diferentes conotações?

Ou, mais uma vez, em um universo tão diferenciado de vocações e tendências, não haveria mais uma “vocação filosófica ou ideológica” em que a *Educação Popular* possa estar situada?

A partir da afirmação de seus princípios e valores essenciais, ela pode caber em diferentes tradições pedagógicas, culturais, e mesmo ideologicamente políticas?

As nonas

Lembranças: Alguns educadores e pensadores da educação defendiam e acreditam que a *Educação Popular* é algo definidamente situado e datado. Ela surgiu no começo dos anos sessenta, aqui no Brasil, e desde aqui se difundiu e se diferenciou, espalhando-se pela América Latina e mesmo pelo mundo, a partir de uma mesma proposta e de um horizonte libertário.

Outros educadores defendem que a *Educação Popular* ficaria mais bem situada, se considerada como uma diversa vocação de pessoas, grupos sociais, culturas e sociedades que, com este nome e com outros, surgiu em diferentes eras da humanidade e em diferentes contextos sociais.

Assim, aqui no Brasil podemos pensar como formas alternativas e historicamente alternantes, as escolas anarquistas de operários em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Podemos ver um seu outro momento e contexto na luta dos educadores pioneiros do começo do século XX, em favor de uma educação pública e laica de qualidade estendia a todas as pessoas. Poderemos pensar como Educação Popular o movimento cultural-pedagógico dos anos sessenta e seus desdobramentos, até o presente momento, em suas diferentes alternativas e vocações.

Perguntas: Há uma essencialidade histórica na *Educação Popular*?

Ela é e segue sendo o que Paulo Freire, seus companheiros e outros educadores populares dos anos sessenta criaram e fizeram expandir e se desdobrar?

Ou estaremos assistindo hoje mesmo a mais do que um desdobramento? Estaremos diante do surgimento de várias e diversas vocações de educação populares em diferentes contextos e com diversas vocações, atores e horizontes?

As décimas

Lembranças: Tal como outras experiências anteriores e posteriores de ação social e, especificamente, de ação educativa, a *Educação Popular*, mesmo tendo surgido em contextos públicos oficiais, tendeu a existir situada em posições de fronteira ou mesmo à margem de estruturas oficiais de ensino, extensão e pesquisa, de nossas universidades e outros centros ou unidades de vocação intelectual.

Entre o *Ministério da Educação* e as universidades públicas, ela tende a ser mais hoje do eu no passado recente, uma alternativa de ação cultural através da educação liminar, não raro quase marginal.

Espalhada pelo mundo inteiro. Tendo um de seus iniciadores um educador reconhecido como “doutor honoris causa” por cinquenta universidades de todo o mundo; havendo Paulo Freire sido declarado “Patrono da Educação Brasileira”, seguem a *Educação Popular*, assim como a *Pesquisa Participante*, a Teologia e a Filosofia da Libertação, instâncias de trabalho situadas como algo apenas pitoresco, ou liminarmente marginal na estrutura acadêmica das nossas universidades e mesmo de outras instâncias de criação e difusão públicas do saber.

Perguntas: Se assim foi... Assim deve continuar sendo?

Uma posição liminar e de *communitas* da *Educação Popular* seria, no final das contas... estrutural? Tal como acontece com outras experiências e iniciativas de ação francamente popular, a *Educação Popular* ganhar força e sentido enquanto situada “à margem”, e perde energia e sentido de ação quando tornada “oficial”?

Cabe, portanto, à *Educação Popular* o manter-se fiel mais aos movimentos populares a que serve, do que às estruturas de poder, saber e mercado que ao a assumirem como “também uma prática nossa”, a colonizariam de forma sutil e destrutiva? Deveria ela situar-se vocacionalmente como alternativas de modalidades de ação cultural situadas por opção à margem ou em zonas de fronteiras frente a universidades e instituições equivalentes? É

este o seu lugar?

Ou ela deve aspirar vir a conquistar lugares de justa presença e influência no interior de nossas universidades e, mais ainda, em nossas faculdades de educação, por exemplo? Ela deveria batalhar por tornar-se uma proposta não apenas tornada pública, mas até mesmo definidora de destinos e sentidos de toda uma educação de vocação libertadora?

Enfim, uma reiterada liminaridade da *Educação Popular* é algo de uma história passada e ela deve aprender a conviver com novos cenários, novas alianças, novos co-atores e mesmo co-autores?

Alguns estudiosos de questões ambientais e da *Educação Ambiental* desenham a seu respeito um complexo território que vai de vocações funcionais e tecnicistas, situadas mais à direita e que cabem bem em programas desenvolvidos pelas mais condenáveis empresas de agressão ao meio ambiente, até vocações populares – falei acima de uma Educação Popular Ambiental, leitora de Paulo Freire, francamente crítica a toda a hegemonia no agro-hidro negócio e aberta a associar a questão da justiça social no campo (a começar pela sempre adiada reforma agrária) a uma efetiva e humanizadora questão ambiental. A meio caminho poderia situar-se uma *Educação Ambiental* nem servilmente colonizada pelo mundo dos negócios, e nem associada organicamente aos movimentos populares.

Algo semelhante poderia e deveria acontecer no campo da *Educação Popular*.

Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando, lutando, como um cruzado, por causas que me comovem. São muitas, demasiadas: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária. O socialismo em liberdade, a universidade necessária... Na verdade somei mais fracassos que vitórias nas minhas lutas, mas isso não importa. Seria horrível ter estado do lado dos que se venderam nessas batalhas.

Darcy Ribeiro

Alguns livros lidos e citados

ASSUMPÇÃO, Rayane e BRANDÃO, Carlos Rodrigues

Cultura rebelde – escritos sobre a educação popular ontem e agora

2009, Editora do Instituto Paulo Freire, São Paulo

BAUMAN, Zigmunt

Isto não é um diário

2012, Zahar Editora, Rio de Janeiro

FÁVERO, Osmar

Memória dos anos sessenta: cultura popular e educação popular

1985, Edições Graal, Rio de Janeiro (creio que há edições mais novas ainda da Graal ou já da Paz e Terra).

FREIRE, Paulo

Pedagogia do Oprimido

1974, Paz e Terra, Rio de Janeiro